

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA ARQUEOLÓGICA INTERNACIONAL PARA A ARQUEOLOGIA SUL-AMERICANA. O CASO BRASILEIRO

Pedro Paulo Abreu Funari*

Existe teoria arqueológica no Brasil? A resposta a esta questão depende, é claro, da definição do termo “teoria”. Embree (1989: 37) considera que “a Arqueologia Histórica, em sentido amplo, inclui a meta-Arqueologia e, como a pesquisa substantiva, inclui metodologias de coleta de dados e, também, a análise da teorização dos modelos explicativos”. A ausência, no Brasil, de postos explicitamente voltados para a metodologia ou a teoria arqueológicas (Faria 1989: 35) estaria a indicar que há uma falta de teoria na Arqueologia Brasileira, como acontece em outros países (Kotsakis 1991: 69, Thomas 1995). Além disso, é ainda muito comum desprezar artigos interpretativos como sendo “muito teóricos” (MacDonald 1991:830; cf. Cooney 1995). A teoria é considerada, às vezes, como “esotérica, subversiva, anárquica – algo que deveria ser evitado por uma questão de higiene intelectual” (Harlan 1989:583).

É possível, no entanto, qualquer trabalho de campo sem teoria? É possível separar ação (*poesis*) e teoria (*praxis*) (Croce, s.d.: 41)? Não é difícil concluir que não há meio de praticar uma disciplina acadêmica, como a Arqueologia, sem quadros analíticos. A teoria nada mais é do que “visão, contemplação” *theoria* significando, em primeiro lugar, a observação visual (*thea*) e, com conseqüência, “especulação” um “conjunto de idéias”. Se considerarmos que “a História não é um grupo de fatos sobre o passado mas, ao contrário, um conjunto de idéias sobre o passado, no presente” (Wright & Mazel 1991: 59), então torna-se claro que não há prática arqueológica sem fundo teórico. É precisamente nestes termos que podemos dizer que há teoria arqueológica no

Brasil, não como um quadro aberto e explícito de assertivas sobre a ontologia do conhecimento arqueológico, mas como uma hermenêutica subjacente que informa tanto atividades de campo e seus relatos, como artigos em geral. Desentranhar esta perspectiva teórica das atividades e discursos arqueológicos é, entretanto, uma tarefa ingrata, considerando as múltiplas mediações que ligam as atividades empíricas aos seus suportes conceituais. Além disso, generalizações sobre disciplinas acadêmicas exigem alguma ousadia, pois novos materiais ou descobertas, ainda que de campos específicos, podem invalidá-las e, assim, a melhor maneira de evitar incompreensões, consiste em explicitar os critérios usados para estudar o tema. Desta maneira, é possível entender os liames propostos, neste trabalho, entre o explícito e o implícito na Arqueologia Brasileira.

O conhecimento, como uma relação social entre pessoas e entre pessoas e coisas (Tilley 1992: 176), é um processo histórico e político de interpretação e ação no mundo. A Arqueologia, como disciplina acadêmica, não está livre de elos sociais e políticos (Champion 1991: 144) e os arqueólogos estão, sempre, trabalhando sob a pressão das questões levantadas por suas próprias épocas e sociedades (Burguière 1982: 437). “Qualquer tentativa de compreender a presente configuração da disciplina deve, portanto, ser fundada em uma análise sistemática e empírica de sua História e de sua prática” (Pinsky 1989: 91) e, neste processo, o arqueólogo necessita reconhecer, em detalhe, a extensão das circunstâncias e padrões, sempre em mudança, em diferentes contextos históricos (Burckhardt 1958: xi). Todas os modos de prática e escrita arqueológicas entram em contato com diversos grupos sociais, em épocas diferentes e em constante mutação

(*) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

(La Capra 1992: 439). Isto significa que se tem que estudar, por um lado, a História da sociedade brasileira como um todo (e, em particular, sua História intelectual) e, por outro, o contexto internacional interagente com a sociedade brasileira. Não se pretende, aqui, apresentar um relato exaustivo, a respeito da Arqueologia Brasileira mas, ao contrário, partem-se de dois critérios explícitos: mencionam-se, apenas e tão somente, aqueles trabalhos que tenham alguma preocupação teórico-metodológica, cujo impacto possa ser avaliado por publicações. Por isso mesmo, a simples introdução de autores estrangeiros em cursos, ainda que possa ter sido importante para a abertura de horizontes para diversos pesquisadores, não representa produção própria. Nesta ocasião, não tratarei do período pré-formativo, pré-disciplinar da Arqueologia no Brasil, até a década de 1950 (tratado em Funari 1995a), focalizando os desenvolvimentos teóricos desde sua introdução como disciplina acadêmica, nos últimos quarenta anos.

A Arqueologia, desde o século *passado*, havia sido explorada por estudiosos, em geral ligados aos Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional e Museu Paulista. Enquanto trabalhos empíricos eram levados adiante por diretores de museus sob os auspícios de um sistema de patrocínio de elite, o humanista Paulo Duarte estava no exílio por sua oposição ao Estado Novo e, ao retornar, introduziu a Arqueologia como disciplina acadêmica (De Blasis & Piedade 1991: 167) e seu papel como defensor do patrimônio arqueológico estava em claro contraste com o padrão tradicional predominante. Seu humanismo baseava-se em uma abordagem ética, para com a sociedade e, por isso, pôde propor duas medidas revolucionárias: o desenvolvimento de instituições arqueológicas acadêmicas e a proteção do patrimônio. Os diretores de museus e os arqueólogos tradicionais, ligados aos sistema de compadrio dominante no país, nunca iriam propor tais medidas, que, inevitavelmente, desafiavam o nepotismo e as relações de clientela, infensos ao mérito e aos direitos igualitários (Da Matta 1991b: 399). A democracia propugnada por Duarte, baseada no mérito, era, pois, estranha à sociedade hierarquizada nacional; seu humanismo, de estilo francês, era o suficiente para romper com práticas patronais arbitrárias de longa tradição (Funari 1992a: 8).

A intervenção militar de abril de 1964 (Cammack 1991: 35) marcou um período não apenas de repressão generalizada, como de reforço do clientelismo e do compadrio, agora organizado por um regime de força. Logo após o golpe, um acordo foi firmado entre a *United States Agency for Inter-American Development* e o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (Funari 1996e), que gerou a reorganização de todo o sistema universitário nacional (Sebe 1984: 72), sob a égide da ideologia de “segurança nacional” (Ortiz 1985: 85). A ação dos Estados Unidos era o resultado do fato que “por toda a comunidade acadêmica norte-americana, esforços foram envidados para mobilizar o Ocidente, em uma luta ideológica global, enquanto, ao mesmo tempo, espousava-se uma objetividade desinteressada, como um dos valores e instituições característicos deste mesmo Ocidente” (Novick 1988: 16; Klappenber 1989: 1014). Esta abordagem positivista estava por detrás das atividades de alguns arqueólogos americanos ligados ao *establishment* americano (Roosevelt 1991: 106) e aos militares sul-americanos.

Logo depois do golpe, aqui estiveram Clifford Evans e Betty Meggers e, já em outubro de 1964, organizaram o que chamaram “um seminário intensivo para ensinar teoria e metodologia arqueológicas, classificação e interpretação cerâmica” para pupilos brasileiros (Evans 1967: 7). Imediatamente após o seminário, Evans e Meggers usaram o mês de novembro de 1964 para viajar por onze Estados brasileiros, visitando reitores e diretores de museus, agora afinados com o novo regime de força. Um positivismo ingênuo estava no centro da sua abordagem arqueológica. Meggers ensinou e treinou uma geração de praticantes brasileiros sob a bandeira da objetividade em busca dos fatos: “espero que as pessoas entenderão que a verdade é mais interessante do que a ficção” (Meggers 1979: 13).

A Arqueologia, como ciência experimental (Miller 1975: 7), foi interpretada como estranha às questões históricas, em claro contraste com as Humanidades. Este tipo de empirismo contrapunha-se à abordagem humanista proposta por Paulo Duarte, acusada, pelos empiristas, de ser algo alheio à cultura nacional. Este empirismo anti-histórico, importado dos Estados Unidos, foi introduzido em uma sociedade completamente diversa da americana, na qual o empirismo, a

competição, os direitos individuais e o capitalismo, dentro e fora da academia, constituem um quadro cultural consistente. O empirismo, no Brasil, serviria a outros propósitos. O sistema social brasileiro baseia-se em princípios não-capitalistas (Faoro 1976: 736), como a hierarquia (Da Matta 1980: 16), o compadrio (Leal 1949: 23, Telarolli 1977: 16), o nepotismo (Da Matta 1991a: 14), o amiguismo, o familismo e o favor (Schwartz 1988: 237). Desde o período colonial, amizades (Pastore 1991: 12), clientelas, ideologia corporativa e paternalismo têm sido elementos centrais da vida social brasileira (Lara 1988: 110): “o favor é nossa mediação quase universal” (Schwartz 1988: 76). Vianna (1987: 13) estava propenso a definir este sistema como feudal. “No Brasil, graças a raízes históricas profundas, pessoas indicadas são os governantes: as pessoas no poder indicam parentes e amigos. Educação, competência e qualidade são critérios estranhos à nossa cultura de privilégio” (Castro 1991: 2). Há, pois, um claro desequilíbrio entre os princípios capitalistas, individualistas, por detrás do positivismo, nos Estados Unidos, e a mesma abordagem, quando aplicada em um contexto social baseado em valores não-igualitários e clientelísticos. Isto fica evidente nas Arqueologias dos dois países. O principal objetivo do trabalho de campo empírico consiste em coletar artefatos e classificá-los. Esta abordagem considera os depósitos dos museus como contas bancárias: devem ser preenchidas com dados (dinheiro) recolhidos pelo estudioso (ou capitalista). A evidência coletada pelos arqueólogos deveria ser classificada e transformada em fatos e números (cf. Shor 1986: 422). Isto é o que almejam os empiristas, nos Estados Unidos, e podem ser muito bem sucedidos, em seus próprios termos. Contudo, este não é o caso do Brasil. O objetivo de espalhar trabalhadores de campo por todo o país, coletando artefatos em grande quantidade, armazenando-os em museus, constituindo *corpora* que seriam, ao final, classificados como matéria prima, não foi completado. Por quê ?

Desde a década de 1960, os brasileiros foram treinados, pelos empiristas americanos, como trabalhadores de campo, sob a égide de um determinismo ecológico não-histórico.

“Seus métodos de escavação e análise misturavam materiais de períodos diferentes, artificialmente comprimindo a seqüência arqueológi-

ca. Esta abordagem norte-americana, entretanto, influenciou, de maneira decisiva, os estudiosos brasileiros, graças aos acordos entre instituições brasileiras e americanas e ao *estabelecimento de uma rede de colegas e alunos*” (Roosevelt 1991: 107; ênfase acrescentada).

Este grupo de praticantes não se desenvolveu, como seria o caso em outros lugares, como um simples “feudo acadêmico” (Levine 1992: 218) mas, em uma sociedade clientelística, como a brasileira, e sob direto comando autocrático da ditadura, este grupo tornou-se o único legítimo. Passaram a perseguir ou impedir as atividades daqueles que não concordavam com a abordagem empirista ecológica e com sua organização e ponto de vista politicamente despótico (Chauf 1992: 6). Duarte e outros foram expulsos da vida universitária, o projeto humanista foi eliminado no nascedouro e o *establishment* arqueológico, que estava sendo criado, foi dominado por um grupo de empiristas autoritários. A própria casação de Paulo Duarte, pela ditadura, não deixou de representar um episódio paradigmático, pois o duro golpe ao projeto acadêmico foi acompanhado da tentativa de destruição do Instituto de Pré-História, por Duarte fundado, pois “o conceito de Pré-História é inaplicável ao caso americano” segundo um dos beneficiários daquele período de exceção, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Duarte 1994: 176). À inexistência da Pré-História, propunha-se que “a Arqueologia, por sua natureza de ciência auxiliar da História, está longe, bem longe, de ser um fim em si mesmo” nas palavras do mesmo autor (Meneses 1965: 22), o que inviabilizaria qualquer desenvolvimento, seja da Pré-História, seja da Arqueologia.

Este grupo formou uma confraria (Meggers 1992) que passaria a controlar escavações, financiamentos, publicações, postos arqueológicos e em museus, e, não menos importante, a limitar a difusão de perspectivas diversas. Mesmo estudiosos americanos, que tivessem posições interpretativas diferentes, históricas, foram sistematicamente impedidos de trabalhar. Como ressaltou Anna Roosevelt:

“Ainda que muitos estudiosos tivessem encontrado evidências em oposição à abordagem ecológica” as pessoas da escola determinista, com freqüência, não permitiam a publicação de descobertas dissonantes, como “datações mui-

to antigas” ou assentamento pré-históricos complexos” (Roosevelt 1991: 107).

A constituição de um grupo que tentava tudo controlar explica porque o empirismo, no Brasil, não conseguiu atingir seus próprios objetivos de coletar dados, estabelecer *corpora* e, finalmente, classificar o material em larga escala. Como é comum em sistemas autoritários, não era possível desenvolver discursos e práticas alternativas e não havia, pois, qualquer necessidade, para aqueles que controlavam o *establishment*, de serem competentes em seus próprios termos epistemológicos. Graças à ditadura, foi possível reestabelecer práticas clientelísticas por meio do poder arbitrário, usando o empirismo, antes de mais nada, como uma justificativa de poder. Este período foi descrito, por um de seus ativos participantes, Tânia Andrade Lima (1998: 25) como “uma fase muito dinâmica, com muito trabalho de campo”, o que está a sugerir que o isolamento não os fazia perceber que o fim do monopólio discursivo já chegara.

De fato, Walter Neves (1988: 245), logo depois da restauração do regime civil, reconhecia que “no Brasil, salvo raras exceções, continuamos a fazer levantamentos oportunistas e escavações injustificáveis e as instituições de ensino, lamentavelmente, perpetuam o modelo epistemológico, ainda vigente na Arqueologia no Brasil” A maioria das atividades e publicações arqueológicas continuavam a ser meramente descritivas (Scatamacchia 1984: 198). No entanto, a abertura política tornaria possível a emergência de uma pluralidade de abordagens. Apesar da cassação, o legado de Paulo Duarte pode ser identificado na influência francesa (Laming Emperaire, Emperaire, Prous, Vialou, Guidon, entre outros), cuja importância, como alternativa ao modelo dominante, naqueles anos difíceis, não pode ser subestimada. Papel particularmente relevante foi exercido pela Arqueologia Clássica (Funari 1997), ao inserir a Arqueologia brasileira no contexto internacional. Pela primeira vez, arqueólogos brasileiros publicavam livros no exterior (e.g. Funari 1992b, 1996b; Carreras & Funari 1998), estabeleciam contatos e intercâmbios, livravam a Arqueologia dos esquemas clientelísticos, formavam pesquisadores independentes e ao corrente da Arqueologia mundial. Livros atualizados de Arqueologia, produzidos no Brasil, chegaram às escolas, com autores

como Maria Beatriz Florenzano (1997). Assim, destaque-se a publicação do primeiro manual para escolas primárias sobre a Pré-História brasileira, escrito pelo arqueólogo clássico Norberto Luiz Guarinello (1994), cuja excelência levou a que fosse adotado pelo Ministério de Educação do Brasil, sendo distribuído aos milhares e constituindo-se no livro mais vendido sobre Arqueologia Pré-Histórica, em toda a História (cf. Funari 1996; Favarsani 1997). Outros arqueólogos, trabalhando com temas pré-históricos, como Eduardo Góes Neves e Walter Alves Neves, e históricos (cf. Funari, Jones & Hall 1999 a e b), passaram a inserir-se na ciência internacional, afastando-se do provincianismo e do compadrio local. Diversas dissertações e teses de Arqueologia foram desenvolvidas em São Paulo (USP e UNICAMP), Rio Grande do Sul (UFRGS e PUCRS), Pernambuco (UFPE) e Rio de Janeiro (UFRJ), assim como no exterior, ainda que muito ainda esteja inédito e que poucos trabalhos se aventurem a questionamentos teóricos mais amplos.

Mais recentemente, tem havido um interesse crescente na teoria arqueológica, no Brasil, principalmente por parte das novas gerações. A Arqueologia crítica, apresentada como uma crítica da ideologia dominante no presente, que aparece como normativa e ahistórica (Handsman & Leone 1989: 119), juntamente com a consciência pós-processual ou contextual da subjetividade da disciplina (Thomas 1990: 67), constituem temas em discussão. Artigos, por exemplo, sobre o efeito do colonialismo e do nacionalismo na Arqueologia africana (Rodrigues 1991), demonstram um interesse crescente pela Arqueologia mundial e pela teoria arqueológica. Tal interesse reflete, também, uma maior atenção prestada àqueles que têm formulado a teoria arqueológica internacional, sendo lidos, em particular, Binford, Courbin, Deetz, Gardin, Hodder, Orser, Shanks, Tilley, Trigger, entre outros. Seguindo as idéias de Stephen (1989: 267) e Hodder (1991: 10), mais atenção tem sido dada aos grupos subordinados (Trigger 1998: 16), por oposição ao culto às elites, como ainda propugnado entre nós (e.g. Lima 1994) como os escravos (e.g. Guimarães 1992; Funari 1996d), e esforços têm sido envidados para apoiá-los em sua luta contra a marginalização. Isto explica o estudo dos índios que viviam em Missões (Kern 1989: 112), a “História da resistência à dominação” (Leo-

ne 1986: 431), da antigüidade (Guarinello 1989) ao período colonial (Funari 1991).

Também artigos têm sido publicados sobre a teoria arqueológica *stricto sensu* (e.g. Funari 1989; Kern 1991; Serra 1994; Funari 1995a, 1995b, 1996a, 1996f, 1998, 1999). Multiplicam-se as publicações de fundo teórico, tratando de temas como “Hipóteses sobre a origem e expansão dos tupis” que mereceu um dossiê na *Revista de Antropologia* da USP, a partir de um texto de Francisco Noelli (1996), cujas hipóteses encontram suas origens em trabalhos inéditos de José P. Brochado. Também o dossiê sobre “Surgimento do homem na América” com textos interpretativos de Marta Lahr, Walter Neves, André Prous, entre outros, demonstra as preocupações teórico-metodológicas em curso. Ainda no estudo da Pré-História, as discussões sobre a ocupação da Amazônia têm contado com estudos informados na teoria arqueológica, como é o caso da obra de Eduardo Góes Neves, e a inserção da Arqueologia brasileira no contexto internacional amplia-se, em especial com a participação de brasileiros nos conselhos de revistas como *Latin American Antiquity* (Irmhild Wüst), *International Journal of Historical Archaeology e Material Culture* (P.P.A. Funari). No campo da Arqueologia Histórica, os próprios rumos da disciplina têm sido debatidos, com decisiva participação brasileira, com a organização de uma sessão em WAC 3 e de um volume de *One World Archaeology* (Funari, Jones & Hall 1999a e b) em um contexto mundial (Funari 1996c, 1999a; Funari, Jones & Hall 1998a e b), superando, assim, o provincianismo e o culto às elites, prevalente em produções parciais. Também a realização do *Simpósio Internacional sobre Teoria e Método em Arqueologia*, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em agosto de 1995, mostra a crescente atenção prestada à epistemologia arqueológica.

Pode concluir-se que o desenvolvimento da teoria arqueológica, importante como pode ser na

Europa e na América do Norte, é algo absolutamente fundamental para o futuro da Arqueologia no Brasil. No contexto de uma Arqueologia ainda dominada por relações de compadrio, muitas vezes infensa, até mesmo, ao empirismo que busca seguir padrões internacionais de qualidade, a teoria tem um papel crucial em impulsionar os arqueólogos ao pensamento crítico, à interpretação e análise e, não menos importante, a desafiar as idéias e práticas estabelecidas. A despeito da reação daqueles que usufruem de um poder burocrático, sem fundamentação em prestígio científico reconhecido fora da província, sua tentativa de suprimir as vozes discordantes está fadada ao fracasso, em uma sociedade pluralista. Por meio da leitura da teoria arqueológica, alguns arqueólogos brasileiros têm sido capazes de confrontar dificuldades que, de outra forma, seriam insuperáveis. A teoria arqueológica, assim, ajuda a transformar a Arqueologia brasileira de uma maneira vital e, ainda que refletir sobre ela não seja suficiente, é algo, entretanto, indispensável para mudá-la.

Agradecimentos

Este texto representa uma reelaboração de palestra, apresentada em Southampton, em 1992, no encontro anual da *Theoretical Archaeology Group* (EuroTAG), em sessão organizada por Peter Ucko e publicada em *Theory in Archaeology, A world perspective*, Londres, Routledge, 1995, 236-250 e apresentada no encontro de Vitória. Agradeço aos seguintes colegas, que forneceram artigos (alguns inéditos) e me ajudaram de diversas maneiras: Fábio Favarsani, Martin Hall, Siân Jones, Carlos Magno Guimarães, Arno Álvarez Kern, Mark P. Leone, Eduardo Góes Neves, Walter Alves Neves, Francisco Noelli, Charles E. Orser, Jr., Anna C. Roosevelt, Bruce G. Trigger, Peter Ucko. Este trabalho contou com o apoio do *World Archaeological Congress*, FAPESP e CAPES.

Referências bibliográficas

- BURCKHARDT, J.
1958 *On history and historians*. Nova Iorque: Harper and Row.
- BURGUIÈRE, A.
1982 The fate of the history of mentalités in the Annales. *Comparative Studies in Society and History*, 24: 424-427.
- CARRERAS, C.; FUNARI, P.P.A.
1998 *Britannia y el Mediterraneo*. Barcelona: UBA.
- CAMMACK, P.
1991 Brazil: the long march to the New Republic. *New Left Review*, 190: 21-58.
- CASTRO, P.R.
1991 No país dos economistas – quantidade não faz qualidade. *Folha de São Paulo* 3/5/91.
- CHAMPION, T.C.
1991 Theoretical archaeology in Britain. I. Hodder (Ed) *Archaeological Theory in Europe: the last three decades*. Londres, Routledge: 91-128.
- CHAUÍ, M.
1992 Messianismo e autoritarismo são heranças da colonização. *Folha de São Paulo*, 11/10/92.
- COONEY, G.
1995 Theory and practice in Irish Archaeology. P.J. Ucko (Ed) *Theory in Archaeology*. Londres, Routledge: 263-277.
- CROCE, B.
s.d. Il primato del fare. B. Croce *Filosofia, poesia, storia*. Nápoles, Ricciardi: 41-47.
- DA MATTA, R.
1980 *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*: Rio de Janeiro, Zahar.
1991a Nepotismo, o jeitinho brasileiro de ser cidadão. *Jornal da Tarde, Caderno de Sábado*, 7/9/91.
1991b Religions and modernity: three studies of Brazilian relationship, *Journal of Social History*, 25: 389-406.
- DE BLASIS, P.A D.; PIEDADE, C.M.
1991 As pesquisas do Instituto de Pré-História e seu acervo: balanço preliminar e bibliografia comentada, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 1: 165-188.
- DUARTE, P.
1994 Pela dignidade universitária, *Idéias*, 1 (1): 159-179.
- EMBREE, L.
1989 The structure of American theoretical archaeology. V. Pinsky; A. Wylie (Eds.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press: 28-37.
- EVANS, C.
1967 Introdução. C. Evans *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Belém, Smithsonian Institution: 7-13.
- FAORO, R.
1976 *Os donos do poder. Formas do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo.
- FARIA, L.C.
1989 Arqueologia como prática, os saberes consagrados, fronteiras indefinidas. *Dédalo*, 1: 26-39.
- FAVERSANI, F.
1997 Resenha de Guarinello. *Idéias*, 4: 305-308.
- FLORENZANO, M.B.B.
1997 *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual.
- FUNARI, P.P.A.
1989 Brazilian archaeology and world archaeology: some remarks. *World Archaeological Bulletin*, 3: 60-68.
1991 A Arqueologia e a cultura africana nas Américas, *Estudos Ibero-Americanos*, 17: 61-71.
1992a Apresentação. C.E. Orser, Jr. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte, Oficina de Livros: 7-12.
1992b *La Cultura Popular en la Antigüedad Clásica*. Écija: Editorial Sol.
1995a Mixed features of archaeological theory in Brazil. P. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology, a world perspective*. Londres, Routledge: 236-250.
1995b A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 10: 3-9.
1996a Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical Archaeology in Latin America*, 12: 1-13.
1996b *Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil*. Oxford: Tempus Reparatum.
1996c O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica mundial. *Revista de História*, 135: 163-168.
1996d A Arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-brasileira. J.J. Reis; F. Gomes (Orgs.) *Liberdade por um fio*. São Paulo, Cia das Letras: 26-51.
1996e Cidadania e compadrio: relações de poder e atividade acadêmica em questão. C. DeNipoti; G. Arruda (Orgs.) *Cultura e Cidadania, coletânea*, volume 1. Londrina, Anpuh-PR: 11-22.
1996f Pluralism and divisions in European archaeology. *Journal of European Archaeology*, 4: 384-385.
1996g Resenha de Guarinello. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 11: 139.
1997 European archaeology and two Brazilian offsprings: classical archaeology and art history. *Journal of European Archaeology*, 5 (2): 137-148.

- 1998 Linguística e Arqueologia. *DELTA*, no prelo.
- 1999 Historical Archaeology from a World Perspective. P.P.A. Funari; M. Hall, S. Jones (Eds.) *Back from the Edge, Archaeology in History*. Londres, Routledge: 37-66.
- FUNARI, P.P.A.; JONES, S.; HALL, M. (Eds.)
- 1999a *Back from the Edge, Archaeology in History*. Londres, Routledge.
- 1999b Introduction. P.P.A. Funari, S. Jones & M. Hall (Eds.) *Back from the Edge, Archaeology in History*. Londres, Routledge: 1-20.
- GUARINELLO, N.L.
- 1989 Resenha crítica. *Revista de Pré-História*, 7: 212-214.
- 1994 *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo, Atual.
- GUIMARÃES, C.M.
- 1992 Esclavage, quilombo, et archéologie. *Les dossiers d'archéologie*, 169: 67.
- HANDSMAN, R.G.; LEONE, M.P.
- 1989 Living history and critical archaeology in the reconstruction of the past. V. Pinsky; A. Wylie (Eds.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press: 117-135.
- HARLAN, I.
- 1990 Intellectual history and the return of literature. *American Historical Review*, 94: 581-688.
- HODDER, I.
- 1991 Archaeological theory in contemporary European societies: the emergence of competing traditions. I. Hodder (Ed.) *Archaeological Theory in Europe: the last three decades*. Londres, Routledge: 1-24.
- KERN, A.A.
- 1991 *Abordagens teóricas em Arqueologia*. Porto Alegre, inédito.
- KLAPPENBERG, J.T.
- 1989 Objectivity and historicism: a century of American historical writing. *American Historical Review*, 94: 1011-1030.
- KOTSAKIS, K.
- 1991 The powerful past: theoretical trends in Greek archaeology. I. Hodder (Ed.) *Archaeological Theory in Europe: the last three decades*. Londres, Routledge: 65-90.
- LA CAPRA, D.
- 1992 Intellectual history and its ways. *American Historical Review*, 97: 425-439.
- LARA, S.H.
- 1988 *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense.
- LEAL, V.N.
- 1949 *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense.
- LEONE, M.P.
- 1986 Symbolic, structural and critical archaeology. D.J. Maltzer; D.B. Fowles; J.A. Sabloff (Eds.) *American Archaeology, past and future*. Washington, Smithsonian: 415-439.
- LEVINE, M.M.
- 1992 Multiculturalism and the classics. *Arethusa*, 25: 215-220.
- LIMA, T.A.
- 1988 Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, 5: 19-28.
- 1994 De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*, nov. ser. 2: 87-150.
- MacDONALD, W.A.
- 1991 Archaeology in the twenty first century: six modest recommendations. *Antiquity*, 65: 829-879.
- MEGGERS, B.J.
- 1979 *América Pré-Histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MENESES, U.T.B.
- 1965 Sentido e função de um Museu de Arqueologia. *Đedaló*, 1 (1): 19-26.
- MILLER, T.O.
- 1975 Tecnologia lítica arqueológica: arqueologia experimental no Brasil, *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 7: 7-124.
- NEVES, E.G.
- 1997 *Amazonia: hell or paradise?* São Paulo, manuscrito inédito.
- NEVES, W.A.
- 1988 Arqueologia brasileira, algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4: 200-205.
- NOELLI, F.
- 1996 As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão tupi. *Revista de Antropologia*, 39 (2): 7-53.
- NOVICK, P.
- 1988 *That Noble Dream: the 'objectivity question' and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ORTIZ, R.
- 1985 *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PASTORE, J.
- 1991 A cultura do herói, *Folha de São Paulo*, 5/ 5/91.
- PINSKY, V.
- 1989 Commentary: a critical role for the history of archaeology. V. Pinsky; A. Wylie (Eds.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press: 88-91.
- RODRIGUES, D.
- 1991 Reflexões sobre a História da Arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 1: 191-194.
- ROOSEVELT, A.C.
- 1991 Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia,

- W.A. Neves (Org.) *Origem, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi: 103-141.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.
1984 A ocupação tupi-guarani do Estado de São Paulo: fontes étno-históricas e arqueológicas. *Dédalo*, 23: 197-222.
- SCHWARTZ, R.
1988 Nacional por subtração. *Ibero Americana, Journal of Latin American Studies*, 18: 69-80.
- SCHWARTZ, S.
1988 *Segredos íntimos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SEBE, J.C.
1984 *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico*. São Paulo: Brasiliense.
- SERRA, O.J.T.
1994 Escavações no campo teórico: Arqueologia, Antropologia e História... ou a Arqueologia Clássica depois da Nova, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 4: 3-20.
- SHOR, I.
1986 Equality is excellence: transforming teacher education and the learning process. *Harvard Educational Review*, 56: 406-426.
- STEPHEN, L.
1989 Anthropology and the politics of the facts, knowledge and history. *Dialectical Anthropology*, 14: 259-269.
- TELAROLLI, R.
1977 *Poder local na República Velha*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- THOMAS, J.
1990 Archaeology and the notion of ideology. F. Baker; J. Thomas (Eds.) *Writing the Past in the Present*. Lampeter, St. David's University College: 63-68.
1995 Where are we now?: archaeological theory in the 1990s. P.J. Ucko (Ed.) *Theory in Archaeology*. Londres, Routledge: 343-362.
- TILLEY, C.
1992 *Material Culture and Text: the art of ambiguity*. Londres: Routledge.
- TRIGGER, B.G.
1998 Archaeology and epistemology: dialoguing across the Darwinian chasm. *American Journal of Archaeology*, 102 (1): 1-34.
- VIANNA, O.
1987 *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Itatiaia.
- WRIGHT, J.; MAZEL, A.
1991 Controlling the past in the museums of Natal and Kwazulu. *Critical Arts*, 5 (3): 59-77.